

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: outros enfoques contra-hegemônicos

Aline Gomes Lima<sup>1</sup>Jefferson José Rodrigues Borges<sup>2</sup>Lenara Antão de Alencar Ribeiro Souza<sup>3</sup>

### RESUMO

Compreende-se políticas públicas como ações e medidas desenvolvidas pelo Estado com intuito de solucionar problemas públicos em busca de melhorias. No Brasil, a avaliação de políticas públicas acompanhou, inicialmente, os métodos gerenciais da chamada “Nova Gestão Pública”, seguia-se os ditames das instituições de financiamento. Contudo, no âmbito acadêmico, principalmente no ramo das ciências sociais, a avaliação de políticas públicas seguiu refletindo sobre outros enfoques e a participação dos atores na execução da política. Considerados contra-hegemônicos, autores como Rodrigues (2008), Gussi e Oliveira (2016), Silva (2008), Souza (2006), Guba e Lincoln (2011), Cruz (2019), Lejano (2012), Oliveira et al. (2022), entre outros, apontam para um novo sentido para a avaliação de políticas públicas, destacando aspectos como a cultura, o território, o social, os atores, entre outros, como elementos fundamentais nas avaliações. Identifica-se no decorrer do artigo a utilização desses outros enfoques nos trabalhos desenvolvidos pelas Pós-Graduações de Avaliação de Políticas Públicas.

**Palavras-chave:** 1. Políticas Públicas; 2. Avaliação de Políticas Públicas; 3. Enfoques Contra-hegemônicos.

### ABSTRACT

Public policies are understood as actions and measures developed by the State in order to solve public problems in search of improvements. In Brazil, the evaluation of public policies initially followed the managerial methods of the so-called "New Public Management", following the dictates of the funding institutions. However, in the academic field, especially in the social sciences, the evaluation of public policies followed reflecting on other approaches and the participation of actors in policy execution. Considered counter-hegemonic, authors such as Rodrigues (2008), Gussi and Oliveira (2016), Silva (2008), Souza (2006), Guba and Lincoln (2011), Cruz (2019), Lejano (2012), Oliveira et al. (2022), among others, point to a new meaning for the evaluation of public policies, highlighting aspects such as culture, territory, social, actors, among others, as fundamental elements in evaluations. Throughout the article, we identify the use of these other approaches in the work developed by the Post-Graduation courses in Public Policy Evaluation.

**Keywords:** 1. Public Policy; 2. Public Policy Evaluation; 3. Counter-hegemonic Approaches.

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará e Assistente Social. E-mail: alinegomesfac@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará e Cientista Social. E-mail: jeef.borges@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará e Assistente Social. E-mail: lenaraalencar44@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 1 INTRODUÇÃO

Infere-se que as políticas públicas têm um papel essencial na governança da sociedade e impactam de modo direto na vida dos cidadãos. Em verdade, seu principal objetivo é buscar as melhores soluções com os recursos disponíveis para minimizar os desafios sociais, econômicos, ambientais, entre outros.

Avaliar a efetividade de uma política não é procedimento simples, requer métodos e técnicas bem definidas no momento da formulação da política. Por vezes a avaliação é baseada apenas em indicadores de natureza quantitativa, ou qualitativa, mas já é possível encontrar estudos que remetem regularmente a utilização dos dois indicadores de forma dialógica. Apesar de todos esses esforços, ainda existe uma grande lacuna em capturar a complexidade e a multidimensionalidade dos problemas e a consequente efetividades da política.

Nessa conjuntura, novas práticas de avaliação de políticas públicas têm surgido com abordagens inovadoras e mais abrangentes para mensurar os resultados e repercussões da política. Deste modo, o presente trabalho tem o objetivo de refletir sobre as novas abordagens avaliativas estudadas pelos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Ceará e de Outro Preto. Essa temática torna-se relevante visto que procuraram incorporar perspectivas de abordagem qualitativa, para além dos dados bibliométricos.

Para isso, noções de contexto e trajetória do território e da população são implementadas como aspectos investigados dentro de uma nova proposição avaliativa para essas práticas contemporâneas e para a coleta de dados qualitativos, inserindo, assim, uma dinâmica diferente para o campo da avaliação. Diante dessas questões, é essencial debater sobre as novas práticas de avaliação de políticas públicas, a partir dos programas de pós-graduação que se constituem como precursores de uma originalidade no Brasil, no âmbito da avaliação de políticas públicas.

PROMOÇÃO



APOIO



## 2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM CAMPO EM DEBATE

Entende-se de maneira geral que políticas públicas são ações e medidas desenvolvidas pelo Estado, com o intuito de solucionar problemas públicos em busca de melhorias e do bem-estar da sociedade como um todo. Durante esse período de evolução do desenvolvimento dos Estados e o surgimento de uma abordagem para lidar com países que não alcançaram pleno desenvolvimento, começou na Europa e nos Estados Unidos um esforço científico para acompanhar a produção de políticas e construir um campo de conhecimento que envolveu diversas áreas. Esse campo analisou as causas dos problemas públicos, bem como o impacto que as políticas concebidas teriam sobre esses problemas.

Souza (2006) aponta em seu clássico texto “Políticas Públicas: uma revisão de literatura”, o início do termo a partir da disciplina acadêmica nos EUA que contrapunha a tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área apenas se concentrando em análises do Estado e suas instituições, do que propriamente na produção e desenvolvimento de políticas públicas dos governos.

Nesse contexto, observa-se o uso do conceito de políticas públicas como uma forma pela qual a administração pública tem utilizado suas ferramentas para resolver questões de interesse público. Ao revisitar os pioneiros no campo das políticas públicas, Souza (2006) destaca quatro importantes contribuintes para o desenvolvimento desse termo, a saber: H. Laswell (1936), H. Simon (1967), C. Lindblom (1959;1979) e D. Easton (1965).

Inicialmente, os autores buscavam, por meio da análise das políticas públicas, obter uma racionalidade que identificasse os elementos que restringem as decisões públicas, como grupos de interesse e tomadores de decisão, entre outros. Além disso, procuravam conciliar esse conhecimento com o embasamento científico/acadêmico, a fim de estabelecer um modelo do comportamento dos atores em direção aos resultados desejados (SOUZA, 2006).

Mesmo em busca da racionalidade e cientificidade buscada por diversos autores, não há uma única ou melhor definição para o termo "política pública". O conceito pode variar de acordo com a perspectiva de análise adotada. No entanto,

### PROMOÇÃO



### APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



uma definição amplamente reconhecida e que pode orientar por ora o trabalho proposto, é a de Laswell (1936) citado por Sousa (2006, p. 24), a qual enfatiza que as "decisões e análises sobre políticas públicas envolvem responder às seguintes questões: quem obtém o quê, por quê e com quais consequências". Revelando uma intencionalidade que muitas vezes se oculta na resolução dos problemas públicos.

Portanto, quando o Estado ou a sociedade civil propõem uma política pública e a colocam em prática, é crucial realizar uma análise, mesmo que preliminar, levantando essas três questões. Além disso, é importante ressaltar que o campo das políticas públicas, tornou-se cada vez mais multidisciplinar, demandando dos governos e dos atores envolvidos a compreensão de diversas perspectivas sobre o tema.

Enquanto campo de estudo, cabe destacar, a utilização metodológica para apresentar didaticamente como é o processo de existência das políticas públicas, o ciclo das políticas públicas descreve as etapas utilizadas criando uma sequência "lógica" que passa desde a sua formulação até a sua avaliação e possível reformulação, ou número de etapas que deve ser seguido para garantir o sucesso da política. De modo breve, as políticas públicas seguem as seguintes etapas: a formulação, a implementação, o monitoramento e avaliação e a reformulação.

É imperativo mencionar que com o passar dos anos e a evolução dos estudos no campo das políticas públicas, o ciclo das políticas públicas não é estático nem linear; é um sistema mutável e iterativo, proporcionando os movimentos de sobreposição e retrocesso, de acordo com os resultados do monitoramento e avaliação, promovendo atualizações e modificações ao longo do tempo. Uma área recente de estudos denominada de avaliação de políticas públicas que consiste "em termos amplos, ao estágio do processo em que se determina como se uma política está de fato funcionando na prática" (HOWLET, et al, 2013, p.199). A seguir, resgata-se uma breve história de como a avaliação de políticas públicas se desenvolveu e renovou suas metodologias e paradigmas.

## 2.1.1 Surgimento da avaliação da implementação de políticas públicas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



A avaliação de políticas públicas tem sido aprofundada à medida em que nos deparamos com o desenvolvimento e avanço de métodos de pesquisa e na estatística aplicada aos estudos de problemas sociais. Seu surgimento foi alicerçado a partir de objetivos que intencionavam revelar se a política pública implementada estava sendo eficaz, eficiente e/ou efetiva para o Estado. Tais perspectivas estavam atreladas a ferramentas que proporcionaram novos métodos de coleta de dados e o refinamento dos modelos de amostragem. Contudo, estes parâmetros avaliativos apresentam consigo estruturas que ora revelam hiatos a partir de duas questões.

A primeira, versa sobre a utilização do argumento de que a avaliação das políticas públicas implementadas pelo governo central estaria de acordo com as programadas nos gastos públicos. Com o agravamento da crise fiscal datadas da época de 1980 e 1990 revelam um cenário fiscal com escassez de recursos financeiros, denominado de avaliações gerencialistas baseados no princípio da “Nova Gestão Pública”. Aqui temos o investimento direto de instituições multilaterais, tais como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que formariam um delineamento próprio na definição da avaliação de políticas públicas. Direcionando modelos pré-estabelecidos que orientavam os programas e projetos desde a formulação até a avaliação, estabelecendo indicadores próprios de monitoramento e mensurando a partir dos seus próprios critérios (SEIBEL e GELINSKI, 2012).

Paralelo a isso, temos a segunda questão que orienta os estudos sobre avaliação de políticas públicas no Brasil, esse conteúdo acadêmico ganhou notoriedade com os estudos desenvolvidos no âmbito das ciências sociais, no espaço das pós-graduações e nas instituições de fomento. Mesmo com a necessidade de delineamento das metodologias e técnicas, abriu-se um leque de discussões, principalmente, sobre qual o sentido da avaliação, para além da perspectiva técnico-política.

Laisner (2019) sugere a avaliação a partir de uma nova perspectiva, mediante a aspectos que influenciam desde o recurso destinado para à política, quanto às avaliações de políticas públicas vinculadas a um sentido que abrange a dimensão democrática e constitutiva da cidadania. Desenvolvendo uma capacidade de ir além

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



dos interesses da gestão pública. Contudo, a avaliação de políticas públicas está envolta dessas duas questões que se entrelaçam no dia a dia dos implementadores e gestores de políticas públicas, um exercício constante de possibilitar à população o direito às políticas públicas e alcançar os recursos financeiros necessários para possibilitar a execução da mesma.

Adiante, apresentam-se algumas perspectivas que aprofundam essas questões e que fortalecem o campo da avaliação de políticas públicas buscando novos enfoques e atores sociais.

## 2.2 Abordagens avaliativas contra-hegemônicas: navegar é preciso

A partir do que foi traçado anteriormente, buscando compreender as novas proposições do campo avaliativo, apresenta-se as perspectivas que elaboram novas possibilidades de avaliação a partir de uma visão mais qualitativa, condicionada sobre novos aportes teóricos, metodológicos e epistemológicos. Esses novos olhares lançados sobre o campo da avaliação, objetivam fazer um contraponto aos modelos que seguem padrões tidos como tradicionais e que eram constituídos em processos que:

[...] reduzem o conhecimento à análise de dados coletados em formatos padronizados, abordagens lineares, testes de hipóteses pela mensuração do objeto de estudo e, portanto, uma limitação da avaliação à percepção dos resultados frente aos objetivos formulados (eficácia), relação metas-resultados, relação custos-benefícios (eficiência) e avaliação de impactos (efetividade em relação ao proposto/previsto) (RODRIGUES, 2008, p. 09).

As avaliações tidas como tradicionais tinham como perspectiva o uso de metodologias quantitativas, com caráter estatístico e econométrico, propondo, a partir da neutralidade, a distância entre o avaliador e a política avaliada. Em contraponto a estas avaliações, surgem abordagens contra-hegemônicas de Gussi (2008) e Cruz (2019), suscitando novas perspectivas epistemológicas e metodológicas, abrindo um campo de discussão que inclui, dentre outras questões, a relação texto (teoria) e contexto (prática) reveladas na proposta de Lejano (2012), bem como a relação sujeito (avaliador) e objeto (política).

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Envolve ainda a concepção trazida por Silva (2008) de que avaliar não é somente um ato técnico, mas político, sendo percebida como uma proposta que busca compreender, a partir de uma análise crítica, como formula-se a política. Para isso, o autor demonstra que é necessário um olhar mais atento, que considere os sujeitos e interesses envolvidos na construção destas ações, bem como os valores nas quais estes se fundamentam, incorporando ainda uma ideia inversa ao de neutralidade, numa construção não linear.

Conforme apresenta Cruz (2019), destas propostas emergem outras possibilidades de abordagem, a partir de modelos fundamentados a partir do paradigma construtivista hermenêutico, focado nos processos de participação, entendendo assim modelos como: avaliação construtiva responsiva, apresentada por Guba e Lincoln (2011), ou mesmo avaliação técnica e política da política, perspectiva avaliativa trazida por Silva (2008), produzida a partir de uma visão crítica da história, ou mesmo a abordagem experiencial, introduzida por Lejano (2011), com bases no paradigma interpretativo pós-construtivista (CRUZ, 2019).

As perspectivas aqui sinalizadas teriam um ponto em comum no seu enfoque crítico ao paradigma positivista. A importância da subjetividade confere um novo viés para a avaliação e é nessa perspectiva que podemos encontrar a avaliação em profundidade pensada por Rodrigues (2008; 2011). Com inspiração etnográfica, a avaliação em profundidade apresenta-se como uma avaliação densa, extensa, detalhada, ampla, multidimensional e interdisciplinar, e está ancorada em quatro dimensões analíticas, sendo estas: análise de conteúdo; análise de contexto; trajetória institucional de um programa e o espectro temporal e territorial (CRUZ, 2019).

Essas novas abordagens no campo da avaliação contrapõem-se a modelos tidos como “padrão-ouro” da avaliação, conforme aponta Jannuzzi (2016), estando ancorados em processos que não traduzem um amplo campo de conflitos político-ideológicos que circunscrevem o campo da avaliação. É necessário ter em mente que todo o processo avaliativo se caracteriza por ser:

[...] uma atividade humana, orientada por valores ideológicos e paradigmas diversos, regida por métodos e técnicas validadas por diferentes

PROMOÇÃO



APOIO



comunidades epistêmicas, produzindo resultados contingentes, que podem ser confirmados, refutados ou superados, em algum momento, por novas investigações (JANNUZZI, 2016, p.118).

O processo de rompimento com essa perspectiva avaliativa pode ser traduzido numa reflexão trazida por Gussi (2014), onde o autor nos coloca alguns limites para esses modelos hegemônicos, uma vez que estes são referenciados por:

[...] imputar um modelo de avaliação de cunho técnico-formal, entendido como um modelo único e universal de avaliação, que traz em si uma proposição epistemológica funcional e positivista, desconsiderando os sujeitos sociais, envolvidos nas políticas, bem como os contextos sócio-políticos e culturais nacionais, regionais e locais onde essas políticas realizam-se, e as contradições neles inerentes (GUSSI, 2014, p.03).

Uma vez pautado nestas dimensões, entendendo que a complexidade social, política, econômica e cultural, além de seus valores e conflitos, apenas consegue ser traduzidas e avaliadas parcialmente sobre uma égide universalizadora, a partir destes modelos, faz-se necessário a, conforme aponta Gussi (2014, p .03), “construção de outro parâmetro de avaliação que vá além de definições operacionais conduzidas por modelos avaliativos pré-concebidos e que se distancie da agenda política e do modelo técnico-formal de avaliação”. Logo, o campo vai avançando no diálogo com outros saberes e consolidando novas literaturas que subsidiam a análise e avaliação das políticas públicas para além dos “padrões de outro”.

### 2.3 A noção de contextos e trajetórias no processo de avaliação de políticas públicas: outros enfoques avaliativos

Cientes da construção de uma nova agenda e a busca por um outro sentido para avaliar políticas públicas, Gussi e Oliveira (2016) avançam na discussão em entender a avaliação como um processo de natureza sociopolítica e cultural. Alicerçados nas premissas da avaliação em profundidade de Rodrigues (2008; 2011), compreende-se que, enquanto processo interdisciplinar e multidimensional, pois contempla as dimensões sociais, culturais, políticas, econômicas e territoriais, encontra-se em interfaces analíticas e metodológicas, especialmente, das ciências sociais aplicadas.



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Gussi e Oliveira (2016, p. 93), aponta que a avaliação em profundidades, “[...] privilegia a abordagem interpretativa, em especial pelo esforço de tratar dados de diferentes tipos levantados no contexto do campo da política em avaliação, como, por exemplo: entrevistas em profundidade, aliadas à observação.” Deste modo, a dimensão analítica da avaliação de políticas públicas de Rodrigues (2008; 2016), demonstra uma proposta que leva em consideração os contextos sociais, econômicos, políticos, culturais, territoriais, institucionais e os interesses e valores.

De acordo com Carvalho e Gussi (2011), atravessa a nova dinâmica dos padrões de intervenção do Estado contemporâneo, a disputa de interesses sociais, a abrangência cultural dos diversos sujeitos envolvidos na política pública, assim como a definição das agendas públicas e a ação política dos atores sociais inseridos em uma determinada realidade. Aliada a dimensão metodológica, Gussi e Oliveira (2016) inserem a elaboração de arranjos metodológicos que possibilitam consolidar este percurso avaliativo em profundidade.

Para isso, dispõe-se de instrumentos técnico-operativos que vislumbram a complexidade do objeto em análise. Outrossim, a partir das premissas que permeiam a avaliação em profundidade (RODRIGUES 2008; 2011), circunscreve a metodologia a um diálogo com o campo da antropologia, desenvolvido por Gussi e Oliveira (2016). O horizonte antropológico, como descrevem os autores, direcionam o campo para uma postura relativista e para a observação participante. Esses fenômenos operacionalizam a noção de trajetória e contexto no campo da avaliação de políticas públicas; infere-se ser uma construção epistemológica e metodológica desenvolvida no movimento pós-construtivista.

Gussi e Oliveira (2016), caracterizam o papel do avaliador, o qual ao adotar uma postura relativista, deverá atribuir esforços para apreender como os diversos atores inseridos na dinâmica da política as imaginam, entendem o seu significado e os impactos de sua implementação, através da sua cultura e experiências cotidianas; qual o entendimento sobre a política, sua finalidade, a quem é destinada, sua importância ou não em uma determinada realidade social. Isso só é possível ao aproximar-se do campo.

PROMOÇÃO



APOIO



Assim, a partir da observação participante e de instrumentos/técnicas próprias, de acordo com a literatura de Lejano (2012), o avaliador irá a campo para construir uma avaliação a partir da experiência *in loco*, dentro da realidade avaliada. É com base nessas concepções que Gussi e Oliveira (2016, p. 95), inserem a proposta antropológica para orientar a metodologia da avaliação, pois, “para avaliar, é necessário construir, nos dizeres de Geertz (1989), uma “descrição densa”, na qual se busca interpretar os diferentes significados acionados publicamente pelos atores no contexto das ações.”

A política sofre alterações quanto às concepções, ideologias e contextos ao serem colocadas em prática. Gussi e Oliveira (2016) e Oliveira et al. (2022), descrevem o quanto as políticas são ressignificadas pelos sujeitos e podem elaborar sentidos diversos dentro de um espaço de amplo avanços e rupturas. A emergência da noção de trajetória dentro dessa perspectiva avaliativa como referencial metodológico, possibilita a compreensão dos processos sociais, em interface com a temporalidade e territorialidade, desvelando a história e o caminho percorrido por uma determinada política.

Gussi e Oliveira (2016) ao ressignificar a noção de trajetória definida por Bourdieu (1996), definem que as políticas públicas possuem seu próprio *script*. Para os autores, a noção de trajetória “[...] permite refazer os passos importantes de uma política, dos discursos, os argumentos, as dimensões legislativas e regulamentares, e até mesmo as transformações, as inflexões e as evoluções da política.”

Oliveira et al. (2022) defende essa ideia, considerando que a implementação de políticas públicas ultrapassa a operacionalização do que é determinado pelos documentos oficiais. O autor ainda explica esse fenômeno: embora as diretrizes elaboradas para definirem a operacionalização institucional sejam importantes, elas por si só não garantem a sua materialização. Coaduna-se com Ball et. al (2012) e afirma:

[...] há um conjunto de outras variáveis que fazem parte do repertório desse processo e que estão diluídas na dimensão simbólica ou subjetiva dos aspectos informais e cotidianos, que permeiam a dimensão institucional: as decisões, as reuniões, os recursos orçamentários, os conteúdos simbólicos, os comportamentos e atitudes dos atores individuais, grupais e institucionais associados à política e, entre tantos outros elementos (OLIVEIRA et al., 2022, p. 8).

## PROMOÇÃO



## APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

As discussões empreendidas a respeito da análise de políticas públicas por Oliveira et al. (2022), levam à compreensão de que há duas dimensões que são intrínseca e se articulam – a dimensão institucional e a simbólica –, esta última, só é apreensível a partir da experiência *in loco*, em defronte à realidade avaliada (LEJANO, 2012). Sendo assim, em consonância com as propostas de avaliação de políticas de Rodrigues (2008; 2011), Oliveira et al. (2022) destaca a sua importância para analisar os contextos ligados aos processos de formulação e implementação. O autor percorre sua trajetória acadêmica na construção do conhecimento, no âmbito do Programa de Pós-Graduação de Educação (PPGE) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), no campo da análise da formulação e implementação de políticas educacionais.

Oliveira (2019) e Gussi e Oliveira (2016) definem o conceito de trajetória, o qual encontra-se em interface com as literaturas de Lejano (2012), Rodrigues (2008; 2016), Ball, Bow e Gold (1992), Ball (1994), Ball, Maguire e Braun (2016). A partir de então, Oliveira et al. (2022) delinea novos aportes teóricos que subsidiam a análise das políticas públicas com foco em seus contextos e alinhadas à trajetória de implementação. Portanto, compreender o horizonte antropológico e o conceito de trajetória defendido pelos autores, são imperativos do ponto de vista analítico, epistemológico e metodológico para analisar os contextos que atravessam as políticas públicas e subsidiar avaliações a partir de uma óptica totalizante.

Oliveira et al. (2022) desenvolve sua proposta através de uma instrumentalidade que dialoga com o campo de avaliação de políticas públicas e de análise dos programas educacionais. Essa interlocução resultou em uma Disciplina Acadêmica intitulada “Tópicos Especiais em Avaliação de Políticas Públicas”, iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do PPGE da UFOP.

A proposta é empreendida pelos professores Breyner Oliveira (UFOP) e Alcides Gussi (UFC). Busca-se uma interlocução entre a avaliação, a gestão pública e a sociedade nos contextos brasileiro e latino-americano contemporâneos, construir reflexões sobre o campo da avaliação em suas dimensões políticas, epistemológicas, analíticas e metodológicas. Considera-se uma construção intelectual inovadora do

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



ponto de vista crítico, pois através desta, é possível dialogar sobre os cenários políticos contemporâneos e modelos contra-hegemônicos de avaliação, questionando as contradições das agendas neoliberais.

Alargando os horizontes percorridos até aqui, Oliveira et al. (2022) inaugura uma proposta analítica fundada na concepção de contextos, a partir de 05 dimensões interligadas, que podem subsidiar a dimensão teórico-metodológica do campo de avaliação de políticas públicas, quais sejam: 1) contexto das conjunturas; 2) contexto dos conteúdos da política; 3) contexto institucional; 4) contexto das experiências; e 5) contexto dos territórios.

Ao trazer os cinco contextos, Oliveira et al. (2022) lança-se na apreensão das trajetórias das políticas a partir de quatro pressupostos interdependentes. Primeiro, versa sobre a compreensão de que os textos das políticas (as leis que regem), não são executados de forma linear e objetiva, há alterações nesse percurso. Por consequência, entra o segundo pressuposto, de que as análises das políticas precisam ser contextualizadas dentro de uma visão multidimensional dos objetos, trajetórias e percursos, evitando ocultar dimensões importantes e intrínsecas à política. Pois, percorre-se distintos níveis institucionais até chegar ao objetivo final, há um universo antes do *locos*. É preciso perceber o entrelaçamento do texto e a prática.

O terceiro, refere-se às subjetividades, culturas, vivências cotidianas e as comunicações entre os sujeitos, atores institucionais, cidadãos que são mobilizadores e mandatários das políticas. Por fim, o quarto pressuposto, conforme Oliveira et al. (2022), dá voz aos territórios, locais onde as políticas se estabelecem no dia-a-dia das pessoas. Contextualizar como os cidadãos percebem e dão significados às ações públicas.

Portanto, pensar outros enfoques no campo da avaliação de políticas que consideram imperativos as noções de trajetória e contextos, possibilita revelar a política na sua materialização, suas contradições, disputas, avanços e desafios. É navegando sob águas profundas, que se busca desvelar a trama por detrás da implementação das políticas, parafraseando Oliveira et al. (2022), a partir de análises menos ingênuas.

PROMOÇÃO



APOIO



### 3 CONCLUSÃO

A realidade no campo prático da avaliação não é homogênea, é diversa e possui múltiplas dimensões e fatores a serem considerados, requerendo do avaliador uma postura epistemológica, metodológica e política para guiar suas escolhas no processo avaliativo.

Sendo assim, há uma variedade de paradigmas científicos para fins de construção do conhecimento e elaboração de evidências que servem de subsídios para valorar o objeto; tais paradigmas vão desde o convencional ao construtivista (GUBA; LINCOLN, 2011), observando, ainda, na literatura de Lejano (2012), Rodrigues (2016) e Silva e Silva (2014), os paradigmas pós-construtivistas.

Enquanto campo em construção, a avaliação de políticas públicas possui uma produção teórica com distintas correntes, das matrizes clássicas às contra-hegemônicas, coadunam com algo em comum: a apreensão do resultado final de uma determinada política pública na prática.

Percebe-se assim, que cada vez mais os discentes dos programas de pós-graduação estão introduzindo essas novas possibilidades aos seus trabalhos acadêmicos e sugerindo uma alternativa de avaliação de políticas públicas criando alternativas para a gestão pública e proporcionando uma avaliação cada vez mais participativa e dialógica.

O campo é vasto, e necessita de constante ajuste quando se entende que diferentes contextos e trajetórias requerem constante atualização das metodologias propostas. Contudo, os novos paradigmas apresentados representam um estímulo para a implementação de novas práticas no campo da avaliação de políticas públicas.

### REFERÊNCIAS

CARVALHO, Alba Maria Pinho; GUSSI, Alcides Fernando. In: **Perspectivas contemporâneas em Avaliação de Políticas Públicas**. Seminário “Avaliação de Políticas Públicas em Tempos Contemporâneos”. Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas. Fortaleza: UFC, 2011 (inédito).

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

CRUZ, Danielle Maia. **Enfoques contra-hegemônicos e pesquisa qualitativa: desafios da avaliação em profundidade em políticas públicas.** Revista Aval, Fortaleza, v. 1, n. 15, p. 160-173, jan./jun. 2019

GUSSI, Alcides Fernando. **Palestra proferida na III Reunião de Avaliação Temas da Atualidade:** Preocupações e Questões da Avaliação, Fundação CESGRANRIO, Rio de Janeiro, 04/12/2014.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo. **Políticas Públicas e outra perspectiva de avaliação:** uma abordagem antropológica. Revista Desenvolvimento em Debate, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: Uma abordagem integral.** Tradução de Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JANNUZZI, Paulo. **Eficiência econômica, eficácia procedural ou efetividade social:** três valores em disputa na Avaliação de Programas e Políticas Sociais. Revista Desenvolvimento em Debate, v. 4, n. 1, p. 117-142, 2016.

LAISNER, Regina Claudia. **Metodologias participativas em Avaliações de Políticas Públicas: tendências e possibilidades desde uma abordagem política.** Revista Aval, Fortaleza, v. 1, n. 15, p. 80-97, jan./jun. 2019.

LEJANO, R. P. **Parâmetros para análise de políticas: A fusão de texto e contexto.** Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.

OLIVEIRA, Breyner Ricardo de; ALVES, Maria Michelle Fernandes; FILHO, Gustavo Adolf Fichter. **Contextos e trajetórias para análise de Políticas Públicas: aportes teóricos para o campo da educação.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. esp. 3, p. 2095-2117, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. Doi: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16722>.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Método experiencial e avaliação em profundidade:** novas perspectivas em políticas públicas. Revista Desenvolvimento em Debate, v. 4, n. 1, p. 103-155, 2016.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais.** Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas. UFC, número 1, 2008.

SEIBEL, Erni José; GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz G.. Concepção do estado e escolha da metodologia de avaliação de políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, [s.l.], v. 13, n. 102, p.119-134, 13 ago.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



2012. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doi:  
<http://dx.doi.org/10.5007/1984-8951.2012v13n102p119>.

SILVA, Maria Ozanira (Org). **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-  
metodológicos**. São Paulo: Veras Editora: São Luís: GAEPP, 2008 (p. 89 a 177).

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto  
Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

## PROMOÇÃO



## APOIO

